

## NOTAS SOBRE A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Márcio Pereira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo clarificar o conceito de deficiência intelectual, tendo em vista que não se utiliza, atualmente, o termo deficiência mental. Historicamente a terminologia deficiência mental era a usual, mas de conformidade com a compreensão do que seja inteligência e das características que a pessoa com deficiência intelectual apresenta amplia-se o conceito e a terminologia é substituída. Essas mudanças possibilitam diferentes olhares a pessoa com deficiência intelectual e novas organizações de trabalhos pedagógicos frente a deficiência intelectual são construídas e praticadas. Conclui-se a que a mudança do conceito foi relevante, pois o mesmo coloca a pessoa com deficiência intelectual no processo de aprendizagem e não finda suas capacidades. O olhar da educação muda em relação a pessoa com deficiência intelectual, do não conseguir aprender ao conseguir aprender de conformidade ao funcionamento do seu intelecto e da forma de compreender e intervir na realidade.

**Palavras-chave:** Deficiência Intelectual. Aprendizagem. Mudanças. Inteligência.

**Abstract:** This article aims to clarify the concept of intellectual disability, considering that the term mental deficiency is not currently used. Historically the terminology mental deficiency was the usual, but in accordance with the understanding of what intelligence and characteristics that the person with intellectual disability presents extends the concept and terminology is replaced. These changes enable different views of the person with intellectual disabilities and new organizations of pedagogical work on intellectual disability are built and practiced. It is concluded that the concept change was relevant, since it places the person with intellectual disability in the learning process and does not finish their abilities. The view of education changes in relation to the person with intellectual disability, of not being able to learn by being able to learn in

---

<sup>1</sup> Psicólogo, Mestre em Educação pela UNISAL/Americana/SP.

accordance with the functioning of his intellect and the way of understanding and intervening in reality.

**Keywords:** Intellectual Disability. Learning. Changes. Intelligence.

## 1. INTRODUÇÃO

Hoje, por buscar um melhor entendimento do que se denomina Deficiência Mental, há no espaço científico uma tendência em usar a terminologia Deficiência Intelectual. De acordo com Sasaki (2005), já em 1995 a expressão Deficiência Intelectual já foi utilizada quando a Organização das Nações Unidas realizou, em Nova York, o simpósio chamado INTELECTUAL DISABILITY: PROGRAMS, POLICIES, AND PLANNING FOR THE FUTURE. Também a Confederação Espanhola para pessoas com Deficiência Mental aprovou por unanimidade uma resolução substituindo a expressão “deficiência mental” por “deficiência intelectual” em 03/12/2002. Em outubro de 2004, no evento realizado pela Organização Pan-Americana da Saúde e a Organização Mundial da Saúde, em Montreal/Canadá, foi aprovado o documento Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual.

Em fevereiro de 2008, a tradicional American Association for Mental Retardation (AAMR) que durante cinco décadas carregou o termo Retardo Mental em seu nome, num gesto de renovação e sintonia com os novos tempos, mudou seu nome para “American Association on Intellectual and Developmental Disabilities<sup>2</sup>”, alterando inclusive sua sigla mundialmente conhecida de AAMR para AAIDD.

Historicamente as terminologias e adjetivos utilizados para a pessoa com deficiência intelectual foram os mais diversos, claro que contextualizados com o conhecimento do período histórico. Vários nomes podem ser listados, como: *oligofrenia, cretinice; tontice; imbecil; idiota; débil profundo; criança subnormal; criança mentalmente anormal; mongoloide; criança atrasada; criança eterna; criança excepcional; retardada mental* em nível dependente/custodial; *treinável/adestrável ou*

---

<sup>2</sup> “Associação Americana do Retardo Mental” para “Associação Americana do Desenvolvimento e Deficiência Intelectual”.

*educável; deficiente mental em nível leve, moderado, severo e profundo; criança com déficit intelectual e do desenvolvimento.*

Então, quais seriam as razões para a mudança da terminologia Deficiência Mental para Deficiência Intelectual? É justamente com o intuito de responder à questão que o texto se organiza.

## 2. Deficiência Mental (Deficiência Intelectual) e Transtorno Mental

Uma pergunta é importante ser feita para iniciarmos nossa conversa: Quais as razões que hoje o vocábulo “Deficiência intelectual” tem sido aceito no meio acadêmico e social? Respondendo pode-se dizer que uma delas seria a diferenciação entre os termos “deficiência mental” (atualmente deficiência intelectual) e “doença mental<sup>3</sup>” (atualmente transtorno mental).

O transtorno mental é uma experiência humana que interfere na própria realidade tal qual a concebemos e a compreendemos e, nessa perspectiva, pode-se considerá-la como um transtorno da alma do que uma doença do corpo. O transtorno mental atinge o que nos é mais caro, mais íntimo, o nosso modo de ser; interfere no entendimento da realidade, da articulação de si mesmo. O transtorno mental é uma forma aguda do sofrimento humano, alteram os processos mentais, lança suas vítimas contra si mesmas, arranca a pessoa da convivência e proximidade das outras e a encerra numa dramática e desesperadora forma alucinante do existir.

A deficiência intelectual tem outras nuances que a diferencia por demais do transtorno mental. Ela está relacionada ao desenvolvimento da inteligência

---

<sup>3</sup> No campo da saúde mental (área da psiquiatria), houve uma mudança terminológica significativa, que substitui o termo **doença mental** por **transtorno mental**. Permanece o adjetivo mental (o que é correto), mas o grande avanço científico foi a mudança para transtorno. **A ideia de doença aponta para algo da ordem do biológico/patológico e determinante e hoje busca o entendimento que as questões mentais estão ligadas aos aspectos relacionais, por isso a mudança de nomenclatura.** Em 2001, o Governo Federal brasileiro publicou uma “lei sobre os direitos das pessoas com transtorno mental” (Lei nº 10.216, de 06/04/01), na qual foi utilizada exclusivamente a expressão transtorno mental. Aqui se aplica o critério do número: pessoa (s) com transtorno mental e não pessoa (s) com transtornos mentais, mesmo que existam várias formas de transtorno mental. Segundo especialistas, o transtorno mental pode ocorrer em 20% ou até 30% dos casos da deficiência intelectual (Marcelo Gomes, “O que é deficiência mental e o que se pode fazer? ” s/d, p.7), configurando-se aqui um exemplo de deficiência múltipla. (extraído do texto “Atualizações semânticas na inclusão de pessoas: deficiência mental ou intelectual? Doença ou transtorno mental?” – Romeu Kazumi Sassaki).

propriamente dito, o que não especificamente determina ao ser humano uma experiência humana fora das concepções da realidade, tal qual a percebemos. Pode ser que haja uma interpretação ingênua, ou mesmo uma análise precária dos fatos que envolvem a realidade, mas isso não traz sofrimento em relação ao existir e muito menos provoca alterações da consciência de maneira patológica.

O desenvolvimento da inteligência está relacionado à qualidade da relação estabelecida entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Nessa relação, ou seja, nesse ato de conhecer, as trocas do sujeito com o meio (físico, social, cultural e emocional) interferem na estruturação da inteligência. Mantoan (2004) afirma que o alicerce da vida intelectual se consolida ainda na tenra idade e caso essa relação seja precária em termos da exploração do objeto, perdas significativas podem acontecer e “arrasta para os seguintes estágios do desenvolvimento intelectual um débito que pode ser abatido, mas que jamais será totalmente saldado” (MANTOAN, 2004, p.22). Desta forma, o que identifica a deficiência intelectual é um sujeito que apresenta uma precária relação com o meio devido as suas habilidades cognitivas não desenvolvidas satisfatoriamente. Esse sujeito não obteve aquisições esperadas no desenvolvimento cognitivo que o possibilitasse a conquistar os níveis de pensamento esperado nos respectivos estágios do desenvolvimento cognitivo, de acordo com a **Epistemologia Genética de Piaget**, o que empobrece o pensamento, a linguagem, o raciocínio, a atenção, a concentração, a percepção e a memória. Assim, podemos ter uma pessoa com transtorno mental e também deficiência intelectual, mas uma pessoa com deficiência intelectual não necessariamente terá transtorno mental.

### **3 – O Funcionamento do intelecto – a deficiência intelectual**

A outra razão para a utilização do vocábulo deficiência intelectual e não deficiência mental seria o fenômeno propriamente dito, ou seja, é mais apropriado o termo intelectual por referir-se ao funcionamento do intelecto especificamente e não ao funcionamento da mente como um todo.

Considerando os aspectos intelectuais, quais seriam as peculiaridades dos processos do desenvolvimento cognitivo dos considerados deficientes intelectuais? Um

dos aspectos configura-se a uma análoga *construção inacabada*, ou seja, a evolução em termos dos estágios, por diversas razões, sempre está aquém das aquisições previstas para uma determinada faixa etária. Em relação às crianças com a mesma idade, os deficientes intelectuais embora possuam esquemas de assimilação equivalente às crianças no desenvolvimento adequado dos estágios cognitivos, demonstram grandes dificuldades frente à resolução de situações-problema. Eles não conseguem colocar em prática os seus instrumentos cognitivos. Apesar de que a inteligência dos deficientes intelectuais apresente uma “lentidão” significativa no seu progresso intelectual, a inteligência deles testemunha certa plasticidade ao reagir satisfatoriamente ao meio, ou seja, quando estimulados adequadamente e as respostas são satisfatórias, há evoluções significativas.

Enquanto a criança que desenvolve satisfatoriamente, a nível intelectual, passa por vários estágios sucessivos, em ritmo relativamente rápido, desligando-se das formas anteriores de seu raciocínio depois de um período de oscilação, o deficiente intelectual segue este mesmo desenvolvimento, num ritmo mais lento; por outro lado, quando alcança o limite superior, o seu raciocínio conserva, em geral, a marca dos níveis anteriores. Poder-se-ia, inclusive, dizer que na criança que desenvolve satisfatoriamente o intelecto os passos sucessivos de um nível ao seguinte se efetuam de modo cada vez mais rápido até o final da adolescência, em virtude da mobilidade crescente do pensamento operatório. Nas crianças consideradas deficientes intelectuais observa-se o contrário: uma diminuição gradual do ritmo de desenvolvimento, que desemboca em um estado estacionário. Enquanto o pensamento de crianças não deficiente intelectual evolui no sentido de uma equilibração progressiva das operações definidas pela mobilidade e pela estabilidade crescente do pensamento, o pensamento da criança deficiente intelectual parece chegar a um falso equilíbrio caracterizado por uma certa viscosidade de raciocínio.

O deficiente intelectual necessita de estimulação com qualidade, como todos nós, para que o desenvolvimento cognitivo se processe satisfatoriamente é importante que a pessoa com deficiência intelectual exercite uma atitude autocrítica e positiva de si mesmo, onde valorize sua aprendizagem e encontre satisfação na busca de resolução de problemas. Assim, o importante é fomentar o desenvolvimento cognitivo, através de

situações-problema e favorecer o incremento das capacidades metacognitivas - planejamento de ações, objetivação do pensamento. Desta forma, as atividades voltadas ao desenvolvimento da inteligência devem estar centradas na linguagem e em instrumentos do planejamento, controle e regulação de suas ações.

É importante não enquadrar previamente as crianças com deficiência intelectual em uma categoria baseada em generalizações de comportamentos esperados para a faixa etária, por pensar que a função cognitiva é regulada pelo sujeito da aprendizagem não dependendo de sua condição intelectual ser mais ou menos privilegiada. A função cognitiva depende sim da diversidade de formas singulares de adaptação do sujeito frente a um objeto do conhecimento e também da possibilidade de se expressar abertamente sobre ele. Esse é o ponto fundamental das diferenças do ato de aprender e dos estilos de aprendizagem de cada pessoa, ou seja, de como elas se colocam frente ao objeto do conhecimento.

A abordagem teórica cognitivista e relacional afirma que todos aprendem. E quais seriam as razões que sustentam essa afirmativa? A primeira seria que a estrutura mental do sujeito possui três atributos básicos para o seu desenvolvimento: a plasticidade do Sistema Nervoso Central (SNC); a flexibilidade e a educabilidade. A segunda seria a distinção entre cognição, inteligência e competência. Hoje a inteligência não é mais entendida como um atributo apenas inato e sim como um conjunto de estratégias ou habilidades para se adaptar e/ou resolver situações-problema. A inteligência é um perfil plural e não mais singular. A competência passa a ser entendida como disponibilidade para a aprendizagem, desde que mediada por um contexto estimulador e amplificador dos recursos cognitivos.

A terceira razão diz respeito à diversidade no desenvolvimento cognitivo dos sujeitos, que dependerá das variações existentes nos contextos emocionais, sociais e pedagógicos e além do mais em como a sociedade atribui importância a certos conteúdos ou direções da aprendizagem. Nesse sentido, e diante das colocações feitas, a aprendizagem não pode ser considerada como uma deficiência cognitiva, embora haja limitações de ordem fisiológica e neurológica que podem influenciar no desenvolvimento de competências especializadas, mas com certeza, a cognição pode alcançar zonas proximais de desenvolvimento cada vez mais alargadas ou mesmo pode-

se exercitar a educabilidade dos sujeitos a aprender a aprender. Desta forma, configura-se a ideia de que a competência cognitiva é algo construído e, por isso mesmo, é relevante reconhecer que as diferenças de aprendizagens e competências dos sujeitos estão relacionadas em função de seus patamares em construção e das zonas de desenvolvimento proximal que lhes são proporcionadas como abertura para um potencial mais amplo.

#### 4 – Considerações

Finalizando, é importante não conceber a pessoa com deficiência intelectual como alguém que não tem capacidades e que terá dificuldades de compreensão e de entendimento. Ao trabalhar com a pessoa com deficiência intelectual deve-se ter em mente que todos nós temos possibilidades e que a estimulação com qualidade é essencial para o desenvolvimento cognitivo. E a motivação é fator importante para toda aprendizagem, assim como os laços afetivos que se estabelecem na relação ensino/aprendizagem. Tudo é possível num mundo onde não se tem certeza efetiva das coisas. Tudo pode acontecer e as reações do ser humano são as mais variadas possíveis e há relatos de que a superação das nossas limitações é real. Acredite não só no trabalho que é oferecido como naquele que recebe o seu trabalho

#### Referências

- LURIA, A.R. **Desenvolvimento Cognitivo**. São Paulo: Ícone, 1990.
- MANTOAN, **Ser ou estar**: eis a questão – explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 2004.
- PROTILHO, Evelise. **Como se aprende?** Estratégias, estilos e metacognição. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009.
- VALLE, Luiza Elena Leite Ribeiro do e ASSUMPÇÃO JR, Francisco (organizadores). **Aprendizagem, linguagem e pensamento**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2008.
- WANDSWORTH, Barry J. **Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget**. São Paulo: Pioneira, 1996.